

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

EDUCAÇÃO ENQUANTO INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Tatiana Losano de Abreu, Alysson André Régis Oliveira

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4166>

Submetido em: 2022-05-25

Postado em: 2022-05-27 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

EDUCAÇÃO ENQUANTO INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

EDUCATION AS A STRENGTHENING INSTRUMENT FOR WORKERS IN THE SOLIDARITY ECONOMY

TATIANA LOSANO DE ABREU¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4865-1801>

ALYSSON ANDRÉ REGIS OLIVEIRA²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6921-8951>

RESUMO:

A Economia Solidária pode ser entendida como experiências econômicas fundamentadas em valores diferenciados e praticadas a partir da autogestão. Este trabalho teve o objetivo entender como a educação pode fortalecer a Economia Solidária, buscando trazer, inclusive, algumas das temáticas educativas demandadas pelos trabalhadores e trabalhadoras da ES. Inicialmente dialogou-se sobre o papel da Educação no Modo de Produção Capitalista, a fim de entendê-la, também, enquanto instrumento de transformação. Foi trazido para o debate as possibilidades de espaços de educação (educação formal, informal e não-formal) com vistas na defesa da educação não-formal como o espaço pedagógico mais apropriado para a ES, aliada a prática da educação popular. Por fim, uma pesquisa exploratória, descritiva e de caráter qualitativo, realizada com os coordenadores do Fórum de Economia Solidária de Guarabira e Região, através de um grupo focal e entrevistas semiestruturadas, possibilitou constatar diversas demandas formativas, relacionadas a gestão dos empreendimentos, aspectos organizacionais, mas, principalmente, sobre os princípios e valores que norteiam a ES. Sugere-se o desenvolvimento de novas pesquisas direcionadas a essas demandas e preocupadas com a adaptação do conhecimento científico ao perfil do público direcionado.

Palavras-chave: Educação não formal, Educação Popular, Economia Solidária, Autogestão, Emancipação.

ABSTRACT:

Solidarity Economy can be understood as economic experiences based on differentiated values and practiced through self-management. This work aimed to understand how education can strengthen the Solidarity Economy, seeking to bring, even, some of the educational themes demanded by workers in ES. Initially, there was a dialogue about the role of Education in the Capitalist Mode of Production, in order to understand it, too, as an instrument of transformation. The possibilities of education spaces (formal, informal and non-formal education) were brought to the debate with a view to defending non-formal education as the most appropriate pedagogical space for SE, allied to the practice of popular education. Finally, an exploratory, descriptive and qualitative research, realized with the coordinators of the Solidarity Economy Forum of Guarabira and Region, through a focus group and semi-structured interviews, made it possible to verify several formative demands, related to the enterprise management, organizational aspects, but mainly on the principles and values that guide SE. It is suggested the development of new research directed to these demands and concerned with the adaptation of scientific knowledge to the profile of the targeted public.

¹ Instituto Federal da Paraíba. Guarabira, Paraíba (PB), Brasil. <tatiana.abreu@ifpb.edu.br>

² Instituto Federal da Paraíba. João Pessoa, Paraíba (PB), Brasil. <alysson.oliveira@ifpb.edu.br>

Keywords: Non-formal education, Popular Education, Solidarity Economy, Self-management, Emancipation.

INTRODUÇÃO

A Economia Solidária - ES consiste em uma forma diferente de realizar atividades econômicas tendo como alicerce uma diferente forma de organização do trabalho, fundamentada em valores e princípios diferenciados, os quais destacam-se a cooperação, a autogestão e a busca pela emancipação (SINGER, 2005).

Segundo Silva e Nagem (2012, p. 311), os trabalhadores e trabalhadoras da ES viram nela uma oportunidade de inclusão social. Ainda podemos considerar a ES como algo a mais: “escolas” de produção e uma diferente “cultura do trabalho” que, de alguma maneira, contrariam a lógica excludente do sistema capitalista” (TIRIBA, 2008, p. 2).

Diante desse potencial, os desafios para a sustentabilidade desses grupos se apresentam cotidianamente. Leite (2009) percebeu uma série de dificuldades enfrentadas pelos EES, tais como “A defasagem tecnológica, a falta de recursos, a baixa escolaridade dos associados, o uso de mão-de-obra intensiva (...) as longas jornadas que exauram os trabalhadores (...) o pouco compromisso dos trabalhadores com o ideal autogestionário” (p. 45).

Para Singer (2005) o aspecto formativo é essencial em se tratando de fortalecer os EES, isso porque é necessária a re-educação coletiva de quem se propõe a praticar a ES, já que “Não se pode entrar numa cooperativa com uma mentalidade capitalista” (SINGER, 2005, p. 35).

Segundo Althusser (1985), a educação enquanto parte da engrenagem superestrutural do sistema capitalista, contribui para o fortalecimento do sistema, assim como estimula valores condizentes com o ideário capitalista. Entretanto, podemos considerá-la, também, como um instrumento essencial para a transformação da realidade do povo. Mais especificamente, nas práticas educativas encontra-se um potencial de emancipação (FREIRE, 1987).

Diante do exposto, buscou-se responder ao seguinte questionamento: Como a educação pode contribuir para o fortalecimento da Economia Solidária? Desta forma, o objetivo deste trabalho consiste em entender como a educação (ou melhor dizendo, qual educação) pode fortalecer a ES, buscando trazer, inclusive, algumas das temáticas educativas demandadas pelos trabalhadores e trabalhadoras da ES.

EDUCAÇÃO: APENAS UMA FERRAMENTA DO CAPITAL?

Movidos pela égide do capital, na sociedade capitalista os homens se inter-relacionam na produção e na vida social de forma específica. A partir de uma concepção dialética, as normas, as legislações, a cultura, a religiosidade e a educação apresentam uma relação bilateral com uma base econômica que tem como essência a dicotomia de classe e a busca pelo capital. Esta busca, vale destacar, é baseada na mistificação das relações sociais (MARX, 2008).

Para Althusser (1985), a escola é o aparelho ideológico do Estado. Este, por sua vez, tem como objetivo manter e (re)criar condições favoráveis ao desenvolvimento do capital, na sociedade Capitalista, fato que não exclui o processo de organização e modernização das diretrizes que orientam a educação brasileira, a base da educação formal no país.

Nesta perspectiva, é possível encontrar na história da educação brasileira, uma variedade de projetos e tentativas de consolidação das diretrizes para a educação nacional (AZANHA, 2004; LIBANEO, 2012). Essas diretrizes apresentam pontos de avanços e retrocessos, mas, em aspectos gerais, não alteram a dualidade estrutural que caracteriza a educação brasileira (MOURA, 2014). Esta dualidade tem como base o caráter classista e privilegiador da educação, que separa o trabalho intelectual

e o trabalho manual, e que forma seres humanos incapazes de realizarem uma visão crítica sobre as leis (entendidas como) naturais da sociedade. Tem-se que a educação escolar contribui para a manutenção do sistema. Então, podemos considerar a educação apenas como uma ferramenta do capital?

Na verdade, não podemos limitar as práticas pedagógicas a apenas espaços escolares, e sim considerar os variados espaços educativos, fomentados pela educação formal, informal e não-formal. A educação formal é desenvolvida em espaços sistematizados, inseridos em planejamentos pedagógicos das escolas (GOHN, 2010). A educação informal “Ocorre nas experiências do dia-a-dia” (ALMEIDA, 2014, p. 03). Já a educação não-formal ocorre fora dos muros das escolas, mas requer planejamento e adaptação aos mais diversos cenários (ALMEIDA, 2014). Desta forma, estávamos tratando até esse momento do perfil da educação formal brasileira.

A educação informal é aquela cujos primeiros professores são os pais, mães e responsáveis. Segundo Almeida (2014, p. 09), “a educação informal resultado das ações e influências que permeiam a vida dos indivíduos, o ambiente sociocultural”. Assim, esta educação, a partir do momento que dissemina e fortalece normas e uma cultura que mantêm o status quo, cumpre com o seu papel de sustentação do sistema.

Já a educação não-formal compõe uma ampla variedade de atos pedagógicos que visam atender interesses específicos de determinados grupos. Por isso, tem se destacado nas práticas de diversas entidades que buscam mudanças na sociedade, tais como movimentos sociais, ONG’s, grupos de extensão vinculados às entidades de ensino formal, etc., além de acontecer visando valorizar a cultura da comunidade (AFONSO, 2001, p.32).

Assim, a educação, entendida a partir dos seus diversos espaços, precisa ser vista para além de uma ferramenta do capital. Isso porque, o projeto educacional (aqui podemos considerar a unidade entre formal, não-formal e informal), está em disputa.

Segundo Rodrigues e Tamanini (2012), é preciso ver a educação para além das dimensões curriculares da educação formal, assim como deve-se considerar, no processo de aprendizagem, a cultura como herança e socialização permanente de saberes. Ao pensar desta forma, os autores defendem a necessidade de estabelecer práticas educativas comprometidas com a dignidade e a vida de todos e todas, e que ultrapassem os muros das escolas. Por isso, tem-se a seguir um diálogo mais específico sobre a educação não-formal, na perspectiva de chegarmos mais próximos da resposta a problemática proposta aqui.

A Educação não-formal

Para Gohn (2010) a educação não formal deve ser entendida como mais um espaço de formação que, apesar de ter uma organização diferenciada, possui intencionalidade, ou seja, “o aprendizado não é espontâneo, não é dados por características da natureza, não é algo naturalizado” (GOHN, 2010, p. 16). GOHN (2011), em outra obra, a educação não formal é promotora de mecanismos de inclusão social, promovendo o acesso aos direitos à cidadania.

Para Oliveira e Dias (2017, p. 1): “a educação não formal configura-se como um primeiro passo no processo de libertação e transformação na vida daqueles que integram os espaços educativos não formais”. Então, para a educação contribuir com o avanço para além do capital, suas práticas precisam ser desenvolvidas com o a finalidade expressa por Gohn (2010, p. 19): “abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações social”. Na verdade, o conceito de educação não formal, dado pela autora supracitada, demonstra claramente seu potencial subversivo:

É um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios de formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais (GOHN, 2010, p. 33)

Ainda assim, segundo Gohn (2010, 2011), a educação não formal é fruto das experiências compartilhadas de forma coletiva e a sua intenção está relacionada a formação de uma cultura política. O objetivo é estimular a formação de laços de coletividade, através do fomento de interesses em comum

que sejam baseados na solidariedade e autoestima, e que possibilite o fomento de sujeitos da mudança, que compreendam criticamente o contexto social e cultural que os rodeia e que, por consequência, estão inseridos.

A Economia Solidária e a Educação não-formal

Para Batista Filha, Martins e Guimarães (2012) a identidade de ser um trabalhador da ES está diretamente relacionada à prática e ao respeito aos seus princípios, a ver: I) a democracia; II) a cooperação; III) a valorização do saber local; IV) a valorização da diversidade; V) a centralidade no ser humano VI) a justiça social na produção, na comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico; VII) o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras; VIII) a autogestão; IX) a emancipação; X) a valorização da aprendizagem e da formação permanente.

O princípio da democracia fortalece a ideia de que é preciso haver respeito com as opiniões de todos, assim como o envolvimento de cada um na produção. Assim, todas as opiniões devem ser igualmente consideradas na tomada de decisão coletiva. A cooperação, relaciona-se ao modo como se dão as interações sociais entre os trabalhadores dentro do EES (LEAL; RODRIGUES, 2018), que deve se dar por meio das trocas recíprocas, ao invés da competitividade. O princípio da valorização do saber local está relacionado ao entendimento de que o modo de ser e fazer de uma comunidade é fruto de uma construção coletiva e, principalmente, histórica. (BATISTA FILHA; MARTINS; GUIMARÃES, 2012).

O princípio da centralidade no ser humano representa uma inversão de prioridades em relação ao MPC. Uma das principais particularidades da ES, por meio deste princípio, consiste na prioridade pela preservação do trabalho, em contraposição à busca por excedente econômico (SINGER, 2015). Já o princípio da valorização da diversidade indica a importância de não haver qualquer tipo de discriminação (de raça, etnia, crença, cor e gênero), como o reconhecimento de que todos são iguais. O princípio da justiça social tem como alicerce a crítica às relações de produção que fundamentam o MPC, baseadas na distribuição desigual da riqueza produzida, tendo como consequência a desigualdade social (FBES, 2018). O cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras também é um princípio ligado à busca pela eficiência social, por meio de uma relação harmoniosa com a natureza, com vistas à qualidade de vida e ao equilíbrio com o ecossistema (JESUS; SPAREMBERG, 2009).

A autogestão requer a percepção e o controle coletivo do processo de produção, algo que só se concretiza a partir da ação coletiva e gradual dos envolvidos. Controlar requer, primeiramente, conhecer o processo produtivo na sua totalidade, mas também promover a articulação dos diferentes saberes dos(as) trabalhadores(as). Desta forma, a autogestão deve ser considerada enquanto processo pedagógico (NOVAES; CASTRO, 2011). Por meio da emancipação, evidencia-se a dimensão política e de caráter transformador da ES, pois refere-se à busca individual e coletiva pela transformação de todos em sujeitos de suas próprias histórias (OLIVEIRA, 2016), ou seja, a busca por liberdade.

Freire (1987) defende que a busca pela liberdade (emancipação) requer que os oprimidos expulsem a sombra dos opressores que está introjetada no seu agir e pensar. A autonomia, portanto, está relacionada à capacidade de reflexão crítica do cenário de opressão a que o oprimido está submetido e da construção de uma diferente forma de agir e pensar.

O décimo princípio da Economia Solidária refere-se à valorização da aprendizagem e da formação permanente. A formação técnica é imprescindível, já que o trabalho desempenhado pelos trabalhadores da ES requer o profundo entendimento de todo o processo produtivo, como fruto da reflexão, da prática, do conhecer, do aprender, do criar e modificar. Mas, para além disso, é preciso valorizar espaços de aprendizagem que fortaleçam uma visão de mundo diferenciada, não centrada no capital (FREIRE, 1996), fomentada pela práxis dos princípios da ES. Sendo assim, o trabalho desempenhado na ES precisa ser retroalimentado por uma formação que estimule o seu alicerce, uma educação que fortaleça uma cultura solidária.

Diante do exposto, percebe-se o cotidiano desafiador desses grupos de trabalhadores, visto que muitos deles, por terem históricos de vida marcados pela exclusão, não possuem a educação básica

completa, muito menos alguma formação de caráter técnico-científico. Além disso, grande parte deles, eram subjugados como meros fatores e produção em empresas capitalistas, sem capacidade e estímulo para qualquer tomada de decisão e autonomia.

Ao levar em consideração a dimensão prática, política, social e formativa (NEMIROVSKY et al. 2015), a práxis da Economia Solidária tem como eixos, portanto, além da autogestão, o eixo formativo, que precisa ter como base a pedagogia do trabalho associado.

Logo, os desafios para esses tipos de empreendimentos vão além do aspecto mercadológico e serão mais facilmente ultrapassados a partir do fortalecimento de uma visão crítica do mundo que os cerca, a fim de tornar-se combustível para o desempenho das atividades cotidianas do empreendimento. Esta visão crítica, assim como aspectos operacionais de estímulo a formação técnico-científica, devem ser fomentados via educação não-formal.

Vale lembrar que as trocas de saberes da educação não formal ocorrem nos mais diferentes espaços, com respeito às diferenças de aprendizagem, com flexibilização dos conteúdos e utilizando-se de metodologias alternativas que partam dos valores culturais da comunidade. Nestes espaços não se vê o papel do professor, e sim do educador (GOHN, 2010). Além disso, o processo é voltado para os interesses e as necessidades daqueles(elas) que participam. Desta forma, a educação não formal, direcionada aos trabalhadores e trabalhadoras da ES, precisa estar embasada nas abordagens pedagógicas sugeridas pela educação popular.

METODOLOGIA

Este estudo tem caráter exploratório e descritivo. Em relação à abordagem do problema, caracteriza-se como predominantemente qualitativa, que, como afirma Vieira (2008), possibilita o levantamento de opiniões, de crenças e de significados nas palavras dos participantes da pesquisa. Os sujeitos participantes da pesquisa foram os integrantes da coordenação do Fórum de Economia Solidária de Guarabira e Região – FES-GR, composto por seis representantes de empreendimentos além de quatro representantes de entidades de apoio.

Os instrumentos utilizados para o levantamento das demandas educativas dos trabalhadores e trabalhadoras da ES foram: I) Grupo Focal e II) Entrevista semiestruturada. Esses instrumentos tiveram o suporte de um roteiro pré-estabelecido com treze perguntas norteadoras que versaram sobre a conjuntura de constituição dos EES, o conceito de autogestão, problemas para garantir a autogestão e a relação entre autogestão e autonomia. Vale destacar que esta pesquisa é parte de um estudo mais abrangente, que visa estudar as contribuições para a formação omnilateral, de caráter emancipatório dos EES. Desta forma, foi realizado um recorte das contribuições dos sujeitos da pesquisa a fim de atingir objetivo proposto aqui.

A aplicação do grupo focal se deu no mês de agosto de 2019, em uma sala do Instituto Federal da Paraíba – Campus Guarabira. O momento contou com a participação de oito integrantes do FES – GR, foi gravado e filmado, para posterior transcrição.

Como complemento ao grupo focal, foram realizadas as entrevistas. Optou-se pelo uso da saturação teórica, com vistas a limitar os sujeitos envolvidos nas entrevistas, mas, ao mesmo tempo, garantir um complemento ao grupo focal. Desta forma, foram realizadas três entrevistas, ocorridas também no mês de agosto de 2019. Esses momentos foram, também, gravados e filmados para que não se perdessem informações relevantes, literais e extraliterais, para posterior análise. As três pessoas que foram entrevistadas diretamente atenderam aos critérios: são participantes da coordenação do FES-GR; uma delas não participou do grupo focal por falta de disponibilidade; a outra participou do grupo focal e foi uma das mais participativas, apresentando profundidade reflexiva sobre a temática, e a terceira participou, mas foi a menos atuante, talvez por ter vergonha de se expressar em público.

Todos os participantes do grupo focal e das entrevistas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Os procedimentos propostos por esse trabalho foram aprovados pelo Comitê de Ética do IFPB.

Para a análise dos dados, foi empregado método de análise de discurso, seguindo a linha francesa. Em geral, a análise de discurso é a prática de análise que considera que o discurso do sujeito não é transparente, mas efeito da história, assim como os sujeitos do discurso são seres de linguagem psicossociais. Desta forma, o analista dá sentido à multiplicidade do discurso a partir da linguagem, e o sentido não é dado de antemão, mas construído no transcorrer da interação (GUIMARÃES, 2015). Em relação à linha francesa de interpretação, esta caracteriza-se por articular o aspecto logístico com o social e o histórico (PÉCHEUX, 2002).

A seguir entraremos na discussão acerca das possíveis demandas formativas por parte dos trabalhadores e trabalhadoras da ES, a partir de um recorte da realidade vivida pelos participantes da coordenação do FES-GR.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalhador e a trabalhadora da ES se deparam com o desafio cotidiano que é trabalhar em grupo e de forma autogestionária. Isso porque muitos deles carregam o histórico de trabalharem em empresa capitalistas, cujas relações de produção e a forma de produzir em si estimulam o individualismo e a submissão. Quando questionados sobre a autogestão na prática, percebe-se que participação efetiva dos trabalhadores de forma autogestionária requer, à priori, a noção de responsabilidade e corresponsabilidade na tomada de decisão. Mas, o que estimula a corresponsabilidade? Observa-se essa preocupação nos depoimentos a seguir.

As discussões, às vezes acalora, né? As discussões, mas... mas depois a gente chega sempre a um consenso e trabalhar sempre com essa ideia, né? **Que a responsabilidade é corresponsabilidade.** (ENTREVISTADO 3, grifo nosso)

Então, eles aos poucos passaram a perceber que a feira não dependia de mim, dependia de cada um de nós, então se eu tivesse ausente, eles topavam, se eles não tivessem, eu tava lá com quem tivesse pra topar. **Isso é autogestão, agora pra fazer autogestão, a gente precisa de um certo equilíbrio, tem uma responsabilidade,** né? (ENTREVISTADO 5, grifo nosso)

Trazer essa perspectiva da responsabilidade solidária, onde cada componente, né? Ela... ele também se responsabilize e pense a instituição ou pense o empreendimento enquanto um todo, né? (...) essa responsabilidade que ela deve ser incorporada por cada um... por cada um que faz parte de um empreendimento, de **saber também fazer essa diferenciação do que é uma autogestão numa perspectiva solidária** (ENTREVISTADO 6, grifo nosso)

Podemos encontrar uma relação íntima entre responsabilidade e o sentimento de pertencimento. O sentir-se pertencente a um grupo pode estimular a responsabilidade nas tarefas e o entendimento que o empreendimento também é deles, que a produção é deles. O depoimento a seguir possibilitam essa reflexão.

Na Economia Solidária você não tem patrão, você não tem empregado, **mas o cliente, ele é o [...] ele é o todo, é o patrão,** ele é quem dá sugestão, chega: ah, eu gostaria que isso fosse assim! Então a gente tem que adequar aquela vontade, porque você vai perdendo a renda, né? (ENTREVISTADO 3, grifo nosso)

O entrevistado usa em seu discurso categorias próprias do Modo e Produção Capitalista, como o uso dos termos patrão e empregado, na perspectiva de reconfigurar essa relação, colocando o cliente como o patrão. A ideia por trás desse raciocínio reside nas duas lógicas distintas presentes entre os EES, segundo IPEA (2016): a empresarial e a solidária. Além disso, este depoimento fortalece a ideia de Gadotti (2009) de que a prática da ES envolve uma mudança cultural somente possível através da formação.

Destaca-se, como parte desta mudança cultural, a necessidade de se entender a autogestão na perspectiva da ES, ou seja, na perspectiva da gestão solidária. Constituindo-se como pilar da ES, a

autogestão representa um modo diferente de administrar o grupo produtivo. Faz parte da autogestão, portanto, a noção da inexistência de hierarquia. Desta forma, o papel do patrão deve ser substituído pelo grupo. Este grupo deve apropriar-se de todo o processo que envolve a idealização, produção e comercialização do produto ou serviço, e participar democraticamente dos momentos de decisão para o fomento do pensamento coletivo.

Seria o grupo sentar nas necessidades que cada um tem, pensar o trabalho, pensar as formas de fazer o trabalho e pensar as formas de vender o produto do trabalho. Seria essa questão de **pensamento coletivo**, né? [...] individualmente você ter... ter as condições de administrar o que você se propõe a fazer, né? Qualquer coisa que você propõe a fazer e você vai [...] vai desenvolvendo essa... essa capacidade de organizar, de pensar, de planejar, de encaminhar aquilo que você decidiu fazer, e como empreendimento seria isso em grupo, que gera um pouquinho mais de trabalho porque significa **chegar a um consenso de objetivo**, de planejamento, de encaminhamento e isso dá bastante trabalho, **e os empreendimentos não têm tanta capacidade, não estão tão capacitados pra essa [...] pra esse gerenciamento ainda**, talvez porque nem tenha essa [...] essa capacidade ainda de um planejamento pessoal, de organização, então no grupo é um pouquinho mais difícil ainda. (ENTREVISTADO 7, grifo nosso)

Assim, na opinião do entrevistado acima, existe uma dificuldade de se colocar em prática a construção coletiva, fruto de uma incapacidade que, segundo sua interpretação, é proveniente da falta de capacitação e manejo para gerenciamento. Mas, como estimular o pensamento coletivo? Que tipo de capacitação seria necessária para sanar essa dificuldade?

Colocar em prática a autogestão é um processo cotidiano de fortalecimento dos fundamentos que sustentam a ES enquanto perspectiva ideológica: corresponsabilidade, pensamento coletivo e democracia solidária. O entendimento e a práxis desses fundamentos precisam estar presentes nos espaços formativos.

Apesar de se fazer presente a divisão das tarefas, o entendimento de todo o processo produtivo, por parte de todos os trabalhadores é essencial para a prática efetiva da autogestão. Os depoimentos abaixo trazem a discussão sobre o saber coletivo, o compartilhamento do conhecimento e a falta de planejamento na organização da produção.

Tem que ter [...] Então, de qualquer forma, **todo mundo tem que saber de alguma coisa, mas tem aquele que a pessoa se identifica mais**. Então, aquilo que mais me identifica, mais tem que fazer. (ENTREVISTADO 3, grifo nosso).

Eu percebo que sempre tem aquela ou a [...] sempre tem aquela que fez um curso, né? Que sabe mais. Então, no caso das mulheres que produzem sabão tem aquelas que fizeram curso pra aprender, né? **E aprendeu a fazer o sabão e elas repassaram as informações pras outras**. (ENTREVISTADO 6, grifo nosso).

Acho que eles têm noção inteira, não acho que eles [...] eles façam em pedaços não. Só a forma de se organizar é que chega e faz, né? **Não é aquela coisa pensada** como uns empreendimentos assim já de maior organização, as cooperativas, por exemplo, né? (ENTREVISTADO 7, grifo nosso)

Um dos entrevistados, acima, destaca a experiência de compartilhamento do conhecimento adquirido em espaços formativos que, em geral, são frequentados por um dos integrantes do empreendimento, enquanto os demais garantem a continuidade da produção. Entretanto, apesar de possuírem uma visão completa da produção, um dos entrevistados destaca que a prática do “chegar e fazer” não tem sido acompanhada de uma organização prévia, de um pensar coletivo antes da ação. De fato, a organização do processo produtivo ainda é um desafio. A prática tem ditado a tomada de decisão cotidiana, principalmente no que tange a divisão das tarefas, mas já se torna uma preocupação a falta de planejamento, que poderia tornar o processo mais organizado e passível de projeções a médio e longo prazo.

Não acho que elas sentaram e disseram: olha, a sua função vai ser essa, a sua função vai ser essa. **Foi simplesmente se organizando na prática**, na vivência lá do trabalho. (ENTREVISTADO 7, grifo nosso)

Mas é porque existe [...] **eu sinto uma falta de planejamento**, muita coisa, às vezes, não acontece por conta de um planejamento. (ENTREVISTADO 5, grifo nosso).

Segundo Rosses (2014, p. 99): “O planejamento compreende um processo consciente e sistemático de tomada de decisões relativas a objetivos e atividades que uma pessoa, um grupo, uma unidade ou uma organização buscarão no futuro”. É a partir dele que metas são traçadas e métodos são escolhidos para se chegar a determinado objetivo e constitui-se, portanto, como o ponto de partida da administração. Por isso, a administração enquanto ciência, desenvolve-se formas e instrumentos de planejamento para uma empresa utilizar. Mas, vale lembrar que estamos lidando com a necessidade de um planejamento coletivo para fins solidários, e não para a busca pelo lucro. Logo, os instrumentos para isso precisam ser pedagogicamente re-estruturados para atender as demandas desse público específico. Também foi observado, a partir dos depoimentos, a falta de compreensão sobre o trabalho em grupo, justificada por uma falta de credibilidade no que fazem.

Eu acho que não tem essa coisa organizada não, até porque isso já é um resultado de uma autogestão, e acho que a maior [...] **a maior fragilidade é essa falta de autogestão**. Então, não acho que seja muito assim não, organizado não. Alguns ainda esperam por outros, se [...] se aquela não [...] não puxar, a coisa não vai funcionar [...] Eu acho que eles **não conseguem ter uma compreensão ainda de como um grupo se organiza**, mas acho também que é um pouco de **falta de credibilidade** no que eles mesmo fazem. (ENTREVISTADO 7, grifo nosso).

De fato, para o grupo se fortalecer enquanto grupo é preciso, primeiramente, acreditar no diferencial que se tenta construir a cada dia. O entendimento que o seu produto fortalece o Movimento de Economia Solidária, e a crença nos seus princípios ajuda na construção coletiva e no próprio fortalecimento deste movimento. Essa necessidade fica evidente quando se percebe o desconhecimento do que é autogestão, mesmo sendo um dos pilares da ES.

Falta **a compreensão do que é autogestão, a compreensão do que é empreendimento**, a compreensão do [...] do valor do seu trabalho que passa por uma [...] por uma questão de autoestima também do meu valor como pessoa nesse grupo. (ENTREVISTADO 7, grifo nosso)

Mas **não vejo, né? Que todos tenham essa [...] essas informações, né?** Que todos percebem que estão praticando uma economia solidária, autogestão.” [...] Então, a gente sabe que tem vários grupos que vivem numa perspectiva de economia solidária e não sabem, não (têm nenhuma) identificação, como tem outros que estão iludido, vive fazendo um trabalho muito de [...] **que está mais aliado ao capitalismo** do que à economia solidária, mas acha que é economia solidária. Então, eu acho que tem também esses processos, tem esses **autoenganos**. (ENTREVISTADO 6, grifo nosso)

Destaca-se, dos relatos acima que, dentre as dificuldades de colocar em prática a autogestão, estão fato de muitos não possuem o entendimento do que é autogestão, muito menos que é uma característica basal da ES. Ainda tem aqueles que não se reconhecem enquanto ES, apesar de praticarem a ES. Um dos entrevistados, inclusive, usou o termo “autoenganados”, como denominação para o desconhecimento do que é, de fato, Economia Solidária. Deste modo, a demanda por processos formativos direcionados aos princípios da ES está dada. Ainda, agrava-se essa demanda o fato de muitos iniciam o processo produtivo sem uma reflexão acerca da ES, como vê-se nos depoimentos abaixo.

É, não começou assim, né? **A gente não começou praticando autogestão, né?** Como eu falei, veio a ideia por conta da necessidade de capitalizar de fazer a captação de recursos e a proposta da [...] das finanças solidárias apareceu como uma alternativa, daí veio a economia solidária. **E o que era a economia solidária?** [...] Então, quando começamos, **não existia essa preocupação**

com a autogestão, né? Eu estava na coordenação do projeto. (ENTREVISTADO 5, grifo nosso)

Na busca por encontrar soluções, os entrevistados dialogam em torno da constituição de um cronograma com momentos de formação de forma planejada. Percebe-se a angústia de buscar uma reflexão concomitante com a prática em si.

[...] fazer, sei lá, **um cronograma**, aí vai pra um empreendimento, faz essa palestra. Até porque eu acho que é necessário. (ENTREVISTADO 1, grifo nosso)

Você tá falando que além [...] seria pensar de forma ordenada, orquestrada, né? **Planejamentos, formação** [...]. (ENTREVISTADO 6, grifo nosso)

Projetos. (ENTREVISTADO 1)

É, um projetozinho. Entendi. (ENTREVISTADO 6)

A autonomia econômica, política, operacional etc. é precedida e acompanhada, de forma dialética, pela compreensão do que está construindo, ou seja, do entendimento do que é ES, do que é autogestão, como destacado a pouco. Para além destes conceitos, um dos entrevistados confessa não entender o que é autonomia, como observa-se a seguir.

Vocês [...] vocês se sentem autônomas? Você entende o que seria um grupo autônomo? (PESQUISADORA)

Eu vejo falar, mas eu não entendo. (ENTREVISTADO 9, grifo nosso)

Se não tiver um bom entendimento da conjuntura, o empreendimento, ele pode ter problemas de autonomia? (PESQUISADORA)

Sim, sim. (ENTREVISTADO 3)

Com certeza. E não só de autonomia, **mas também de entendimento do que que é autonomia, sabe?** [...]. (ENTREVISTADO 6, grifo nosso)

O que que é economia solidária. É, o que que é economia. O que que é autogestão” (ENTREVISTADO 8, grifo nosso).

A necessidade de uma educação direcionadas aos valores e princípios da ES, uma educação libertadora, fica evidenciada em outros momentos. Quando questionados sobre os processos formativos que participam e/ou gostariam de participar, além das demandas à título de capacitação, percebe-se a angústia de se entender mais sobre a própria Economia Solidária, como observa-se a seguir.

Se eles compreendessem, , já seria uma formação política muito [...] muito grande. (ENTREVISTADO 7, grifo nosso). **se os empreendimentos compreendessem a ideia de economia solidária, o que [...] quais são os valores que estão nessa prática**

Desde a **própria teoria do que que é economia solidária, né?** [...] acho que uma das formações que eu acho que [...] que a gente deveria construir, seria **formação que perpassa por intercâmbios, né? De conhecimento de outras realidades**, de outros fóruns, de outros grupos, de outras organizações, né? Tanto empreendimento como ONG's ou até universidades que trabalham com isso, né? (ENTREVISTADO 6, grifo nosso).

Destaca-se, no depoimento acima, a sugestão de formações via intercâmbios, com vistas a conhecer a realidade de outros grupos e empreendimentos. De fato, o perfil dos trabalhadores da ES está mais direcionado ao aprendizado via prática e vivências, indo para além dos aspectos teóricos. Essas práticas são possíveis através do fomento de estratégias de ensino-aprendizagem construída na educação em espaços não-formais, como defendido por Gohn (2010).

Especificamente no que tange a formação técnica, os depoimentos a seguir mostram uma demanda maior na formação sobre aspectos da gestão do empreendimento, tais como gerenciamento de

recurso, vendas, divisão das tarefas, repartição das sobras, organização do tempo de produção, venda etc.

De coletivo, de participação, de gerenciamento de recurso, de marketing. Tem um monte de coisa [...] **Gerenciamento dos recursos**, como eles vão organizar esse [...] esse valor do produto, essa [...] **a venda do produto**, a parte de lucro, o que é lucro, o que que tem que ficar pra poder gerar [...] gerar [...] circular [...] Uma ideia mais clara de quem... quem pode **ser o vendedor do produto** [...] E assim, como [...] como fazer o tempo, como **organizar o tempo** pra que tenha uma boa produção, uma boa produção sem [...] sem prejudicar o que cada uma faz, organizar um pouquinho essa divisão de tempo. (ENTREVISTADO 7, grifo nosso).

Orientar a gente. (ENTREVISTADO 2)

Pode orientar em quê? (ENTREVISTADO 8)

Na produção, em [...] nas venda, essas coisa. A gente quer gente que ensine a gente a caminhar. Ensine a gente caminhar. Eu não preciso assim, vamos dizer assim, totalmente, que ele me dê dinheiro, eu não preciso [...] vou te dar tanto. Não, **eu quero que ele me ensine. Porque eu tenho saúde pra trabalhar. Eu quero que ele me ensine.** (ENTREVISTADO 2, grifo nosso)

Destaca-se na fala do entrevistado acima, o apelo para que sejam fomentados momentos de aprendizagem, via compartilhamento dos conhecimentos que eles precisam para conseguirem trabalhar.

Diante do exposto, algumas demandas formativas se evidenciaram nesta análise. Viu-se a importância da constituição de grupos fortes e conscientes do papel que desempenham na sociedade, enquanto trabalhadores da ES, para conseguirem colocar em prática uma efetiva ES. Para isso, o entendimento do que é ES e seus princípios deve ser o ponto de partida. Além disso, esses trabalhadores anseiam por espaços de aprendizagem, possuem demandas urgentes relacionados ao planejamento e aspectos técnicos, da gestão propriamente dita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em autores de referência sobre o assunto, discutimos o papel que a educação desempenha no Modo de Produção Capitalista e seu potencial para a construção de outra sociedade. A partir da concepção que a educação pode se realizar em espaços diversos, é possível considerá-la, principalmente tratando-se da educação não formal, como instrumento de cidadania, libertação e emancipação, principalmente se aliada a educação popular.

Este tipo de intervenção pedagógica é a capaz de fortalecer a ES, já que tem o potencial de proporcionar espaços formativos que visem a formação humana, de maneira integral e abrangente, com vistas a romper com as estruturas sociais desiguais. Os trabalhadores da ES precisam de espaços formativos focados nos aspectos da gestão do empreendimento, no planejamento, mas que, à priori fortaleça os princípios da ES. Desta forma, sugere-se o fomento de pesquisas direcionadas a sanar essas dificuldades e, principalmente, tragam intervenções pedagógicas adaptadas a esse público específico.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Os lugares da educação. SIMSON, O. R. de M. V.; PARK, M, B., FERNANDES, R. S. (Orgs.): *Educação não formal: cenários da criação*. São Paulo: editora Unicamp, 2001, p 29-38.

ALMEIDA, M. S. B. Educação não formal, informal e formal do conhecimento científico nos diferentes espaços de ensino e aprendizagem. *Cadernos PNE: os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor*. V. 02. Versão online, p. 03-18, 2014. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uel_bio_pdp_maria_salet_bortholazzi_almeida.pdf> Acesso em: 10/05/2022

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal, 3 ed., 1985.

AZANHA, J. M. P. *Planos e Políticas de Educação no Brasil: alguns pontos para reflexão*. São Paulo: Congage Learning, p. 68-86, 2004.

BATISTA FILHA, M. J. T.; MARTINS, M. L. R. da S.; GUIMARÃES, V. M. G. *Mãos que constroem vidas: relatos de experiência*. João Pessoa: IFPB, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. *1º Plano Nacional de Economia Solidária 2015-2019: para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável*. 2015. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/images/Documentos/EconomiaSolidaria/PlanoNacionalEcoSol.pdf>> Acesso em: 10/05/2022.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17 ed., 1987.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 40. ed., 1996.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. *O que é Economia Solidária*. 2018. Disponível em: <https://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>> Acesso em: 08/11/2018.

GADOTTI, M. *Economia Solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GUIMARÃES, G, T, D. *Resignificando os labirintos da pesquisa qualitativa: exercícios práticos de análise de discurso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

GOHN, M. da G. *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, M. da G. *Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos*. 2016. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf> Acesso em: 10/05/2022.

JESUS, T. S. de; SPAREMBERGER, E. F. L. Economia Solidária e ecossociodesenvolvimento: a construção de uma nova percepção de sustentabilidade. *Outra Economia*, v. 3, n. 05, p. 72-84, 2009. Disponível em: < <https://revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/1159/325>> Acesso em: 10/05/2022.

LEAL, K. S.; RODRIGUES, M. de S. Economia Solidária: conceitos e princípios norteadores. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 5, n.11, p. 209-219, 2018. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/844>> Acesso em: 15/08/2020

LIBANEJO, J. C. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, K. H. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. V. 1, 25. Ed, p. 1-571, 2008.

MOURA, D. H. Educação Básica e Profissional no PNE (2014-2024): Avanços e contradições. *Retratos da Escola*, v. 8, p. 353-368, 2014. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/446>> Acesso em: 10/05/2022.

NEMIROVSKY, G. G, BENINI, E. A., BENINI E. G., OLIVEIRA, E. G. de. Integrando estudos organizacionais em economia solidária: uma proposta teórico- metodológica. *Revista Eletrônica Gestão & Sociedade*, v.9, n.23, p. 1000-1019, Maio/Agosto, 2015. Disponível em: <<https://www.gestoesociedade.org/gestoesociedade/article/view/2046/1122>> Acesso em: 10/05/2022.

NOVAES, H. T; CASTRO, M P. Em busca de uma pedagogia da produção associada. BENINI, É.; SARDÁ DE FARIA, M.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (orgs). *Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Disponível em: <https://cirandas.net/articles/0009/7449/texto_novaes3.pdf> Acesso em: 09/05/2022.

OLIVEIRA, B. C. de; DIAS, C. S. Educação não formal: instrumento de libertação e transformação? *Revista Científica da FHO|UNLARARAS*, v. 5, n. 2/2017. Disponível em: <<http://www.uniararas.br/revistacientifica/documentos/art.027-2017.pdf>> Acesso em: 10/05/2022.

PÊCHEUX, M. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas (SP): Pontes, 2002.

RODRIGUES, D. L; TAMANINI, E. Educação não formal e movimentos sociais - práticas educativas nos espaços não escolares. In: IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Anais, 2012. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1178/78>> Acesso em: 10/05/2022

ROSSES, G. F. *Introdução a administração*. Santa Catarina: Colégio Politécnico UFSM, 2014.

SILVA, S. P; NAGEM, F; A. Dimensões Estruturais dos Empreendimentos de Economia Solidária: Uma Análise para os Estados da Bahia e Paraná. *Documentos Técnicos-Científicos*, v. 43, n. 02, abril-julho, 2012. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/218/0>> Acesso em: 10/05/2022.

SINGER, P. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, S. M. P. (org.). *Economia solidária e educação de jovens e de adultos*. Brasília: Inep/MEC, 2005, p. 15-20.

SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 2015.

TIRIBA, L. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. *Perspectiva - Revista do Centro de Ciências da Educação*, no. 27, v. 26, n. 1, jan./jun. Florianópolis: UFSC, 2008. p. 69-94. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-795x.2008v26n1p69>>.

VIEIRA, S. *Como escrever uma tese*. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS

Autor 1 – Participação ativa na Escrita, Metodologia e Investigação.

Autor 2 – Participação ativa na Investigação, Revisão e Supervisão.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.